



No couraçado "São Paulo"



No sertão de Canudos

O povo entra em cena - e rouba o espetáculo CANUDOS E CHIBATA

Texto de Nilson Lage

Muitos fatores justificam a escolha de duas rebeliões — Canudos e Chibata — para uma narração destacada, dentre os movimentos populares que assinalaram, na República Velha, a arquitetura do impasse social brasileiro — destinado a ser o pano de fundo dos acontecimentos históricos a partir de 1930.

Primeiro, ambas ocorreram em pólos formadores da cultura nacional: o sertão baiano e a periferia social (morros, favelas, cais, bairros proletários, cidades dormitórios) do Rio de Janeiro, remanso em que aportaram as multidões atraídas pelo brilho da metrópole.

Ambas motivaram a imaginação do povo, sob a forma de narrativas que informaram a cultura popular dos sertanejos e dos negros cariocas. Estão presentes, por outro lado, no pensamento político que resultou, ao nível das elites, na política trabalhista de Vargas e nas tentativas de desenvolvimento do Nordeste, a partir da abertura dos açudes e da construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso.

As duas ganharam notoriedade pelo trabalho de jornalistas.

Canudos teve Euclides da Cunha, engenheiro com formação militar, informado pelas doutrinas racionalistas e pela ideologia da superioridade européia, comum nos intelectuais brasileiros da época. O trabalho que fez no sertão, as reportagens e livros que escreveu mostram exemplarmente o processo de construção da verdade no jornalismo: a constatação de realidade mudando preconceitos e refazendo a visão do mundo do repórter, antes de chegar aos olhos do público.

A Chibata, menos feliz, demorou 40 anos para ter sua história contada; para escrevê-la, Edmar Morei consultou arquivos e sobreviventes. A segunda edição de sua obra, *A Revolta da Chibata*, saiu em 1963, nove anos depois da primeira, numa excelente oportunidade mercadológica mas em desastrosa ocasião política: somou-se à articulação de um movimento que, a partir de descontentamentos verdadeiros, articulou os levantes de marinheiros que apressaram a queda de João Goulart. Após 1964, teve seus direitos políticos cassados.

Finalmente, o que é mais importante, Canudos e Chibata são manifestações, não de oposição política, mas de uma oposição ao universo em que se desenvolvia a política, imensamente distante

de questões relevantes para o povo, como a forma de explorar a terra e a dignidade da pessoa humana.

Certamente Canudos e a Chibata não conseguiram o que seria impossível: mudar de uma hora para outra o eixo de oposições do tipo liberais/conservadores, republicanos/monarquistas, civilismo/militarismo, em torno das quais girava este curioso equívoco que foi a política republicana da época. Mas significaram a irrupção violenta de algo que os políticos e seus parceiros

- bacharéis, comandantes, fazendeiros, comerciantes
- não conseguiam ver salvo pela lente deformante da infantilização, da *caridade*. Com elas, o povo entrou em cena, não humilde e incapaz, mas orgulhoso, eficiente na luta, competente no desempenho. Um inimigo temível ainda quando lhe faltava a capacidade de articular nacionalmente o sentido de sua campanha, a motivação de sua angústia.

1896-1897 A REVOLTA DO CONSELHEIRO

Pacificar é uma palavra de destino estranho. Quase sempre tem significado "fazer a guerra"; muitas vezes, a guerra de extermínio. Assim foi em Canudos, o povoado sertanejo que não se rendeu. Ao entardecer do dia 5 de outubro de 1897, cinco mil soldados — parte da poderosa concentração militar envolvida no cerco — mataram o que então restava do exército de Antônio Conselheiro: um velho, dois homens e uma criança.

Antônio Vicente Mendes Maciel, de 66 anos — o Conselheiro que incendiara o sertão —, estava morto de disenteria desde 22 de setembro. No dia 6, o corpo foi descoberto numa cova de pouca terra, envolvido num lençol entre restos de flores, sobre uma velha esteira de tábua. Os soldados removeram o cadáver com cuidado e o fotografaram. Depois, com uma faca, cortaram a cabeça muito pálida, os olhos cheios de terra, a barba e os cabelos longos como os de um *bippie*.

Nas cidades do litoral, multidões deliraram diante desse troféu. Lá estava a cabeça do homem de poucas luzes e muita fé que anunciava o fim do mundo e a volta do Rei Sebastião, de Portugal, morto em 1580 na batalha de Alcácer-Quibir; do líder que havia espalhado em vasta área do sertão baiano uma esperança perigosa para os grandes proprietários de terra; do chefe espiritual de uma comunidade em que a terra e os bens eram possuídos coletivamente, onde se impunha a mesa parca e o jejum, punia-se o alcoolismo e libe-rava-se o amor.

De Canudos restou nada e ninguém. A República civilizada comprovou com a foto e o crânio a sua vitória — da qual jamais se poderia orgulhar.

A GUERRA COMEÇOU POR CAUSA DE ALGUMAS TÁBUAS

Em outubro de 1896, Antônio Conselheiro contratou com o Coronel João Evangelista Pereira de Melo, de Juazeiro, à margem do Rio São Francisco e 200 quilômetros distante de Canudos, a compra de madeira para a Igreja nova, que estava construindo. O vendedor não cumpriu a palavra: o juiz local, Arlindo Leôni, tinha uma velha questão com o chefe sertanejo, que o havia expulsado da comarca de Bom Conselho, e manobrou as coisas sabendo que o Conselheiro não se conformaria com o distrato. De fato, logo correu que a madeira seria apanhada à força.

Para o juiz e os outros poderosos do lugar, era uma boa oportunidade para acabar de vez com a insurreição que vinha atraindo para Canudos levas e levas de romeiros. A pregação do Conselheiro começara em 1874; durante um quarto de século, ele havia construído dezenas de igrejas, fundara Bom Jesus, quase uma cidade, tinha adeptos por toda parte e jamais dera a menor confiança, quer

aos fazendeiros, quer às câmaras municipais. Tinha enfrentado e vencido a polícia em Massete, em 1893, e pusera em fuga outra, de 80 soldados, em Serrinha.

A denúncia da iminente invasão de Juazeiro seguiu em telegrama urgente ao Governador da Bahia, Luís Viana, que pediu ao General Frederico Solon Ribeiro, comandante distrital do Exército, uma força de cem homens. A 7 de novembro, o Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, comandando três outros oficiais e 104 soldados, embarcou em trem expresso para a cidade, que era o ponto final da estrada de ferro. Logo depois, seguiu um médico, Antônio Alves dos Santos.

Era pouco soldado para muito sertão. No entanto, a tropa não se deu conta da fuga de boa parte da população de Juazeiro, e atribuiu ao acaso os atrasos que deram tempo aos partidários do Conselheiro para fazer chegar a notícia a Canudos. E, se percebeu, nada pôde fazer diante da evidência de que havia exagero nos boatos de que os jagunços estavam prestes a atacar. O único cuidado que teve foi supersticioso: tratou de partir ao anoitecer do dia 12, para evitar o dia 13, que dá azar.

Lá se foram os soldados até Uauá, marchando pelo deserto e parando onde havia água e gente: na Lagoa do Boi, em Caraibinhas, Mari, Mucambo, Rancharia. Chegaram dia 19 ao arraial, que tinha duas ruas e uma praça. Para espanto dos habitantes, desfilaram ao toque do clarim. O dia 20 foi perdido na busca de informações. Ao cair da noite, a população deixou as casas e se internou na caatinga. O comandante nem se preocupou: deixou as sentinelas em seus postos e foi dormir.

Amanhecia o dia 2. Na estrada de Canudos, apontou uma procissão liderada pela bandeira do Divino e uma grande cruz. Os fiéis vinham cantando e levavam sobre a cabeça palmas e imagens de santos. No meio deles, jagunços armados de velhas espingardas, lanças, foices e varapaus. As sentinelas despertaram já para a luta corpo-a-corpo, deram tiros ao acaso, recuaram. A tropa não teve tempo de formar: os soldados saíam seminus pelas portas, atiravam-se pelas janelas. Afinal, protegidos pelas paredes das casas, começaram a disparar contra os sertanejos que se aglomeravam na praça em torno da bandeira do Divino. Suas armas de repetição fizeram um estrago enorme: segundo o relato oficial, foram 150 inimigos mortos para dez baixas entre os soldados. Mas havia 16 feridos e o médico, apavorado com o morticínio, enlouqueceu.

Diante disso, voltaram todos para Juazeiro, em quatro dias de marcha forçada. A tropa chegou em farrapos; o povo da cidade imaginou que os jagunços vinham atrás. Na estação ferroviária, todos os trens foram mantidos com as caldeiras acesas, como se tivessem que sair correndo de uma hora para outra. Do posto telegráfico, partiram mensagens alarmantes.

UMA ESTRANHA GEOGRAFIA E UM POVO OBSTINADO

Acontecimentos tão incomuns trouxeram às manchetes das cidades do Sul um território que é o mais característico da zona das secas, habitado por um povo de cultura diferenciada, que progredia quase em isolamento. O campo desta primeira batalha e das que se seguiram é um triângulo definido pelos rios São Francisco e Itapicuru, no norte da Bahia, cortado por um único rio, o Vasa-Barris, que é na verdade um curso temporário.

Canudos fica numa serra, bem no centro desse triângulo, ao pé do Morro da Favela, que bloqueia o caminho para o sul. A campanha transcorreu em plena seca.

As cidades mais próximas são Juazeiro, a oeste, Monte Santo, ao sul, e Bom Conselho, a leste. Um pouco distante, Vila Nova e o povoado de Queimados, na margem sul do Itapicuru. Apesar do isolamento pelo clima e pela serra, Canudos fica equidistante de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Piauí. A cidade do Conselheiro chegavam romeiros de toda parte.

O próprio taumaturgo era um migrante do Ceará. Sua família, os Maciel, era composta de pequenos proprietários e vaqueiros que se notabilizaram, no sertão de Quixeramobim, pela rivalidade com os Araújo, latifundiários de grande prestígio e fortuna. A partir de uma falsa acusação de roubo, os Araújo lançaram seus capangas contra a terra dos Maciel, que repeliram o primeiro ataque. Contrataram, então, dois cangaceiros, José Joaquim de Menezes e Vicente Lopes; estes conseguiram que a família se rendesse em troca da vida e, com todos amarrados e algemados, promoveram uma chacina, a meio caminho da cidade de Sobral. Escapou apenas Miguel Carlos, tio de Antônio Conselheiro, e ninguém sabe como ele conseguiu se livrar das algemas e dos punhais. Perseguido, resistiu numa cabana ao cerco dos inimigos, perdeu a irmã, morta à bala, abriu ele mesmo caminho para a vingança.

Tempos depois, um dos Araújo tombava no dia de seu casamento, a caminho da igreja, varado por uma bala. Era Miguel Carlos, que morreria tempos depois, também assassinado. Ele estava tomando banho no rio quando apareceram os capangas dos Araújo. De ceroulas e faca em punho, correu até o portão de uma casa, onde um tiro o atingiu. Manuel de Araújo, que chefiava o bando, pegou-o por uma perna e lhe cravou uma faca. Agonizante, Miguel ainda conseguiu cortar a carótida do atacante. Os dois cadáveres ficaram abraçados ali mesmo.

Foi quando o rosto de Manuel de Araújo foi pisoteado por Helena Maciel, outra irmã de Miguel Carlos, que gritava e se confessava feliz por tê-lo perdido ao preço da morte do inimigo. A mesma Helena que mandou espancar André Jacinto de Souza Pimentel, um suposto espião dos Araújo, deixando-o com uma lesão cardíaca, que o fez morrer em longo tormento. Ainda a Helena, que deixou esse crime ser atribuído a um oficial de Polícia, e só o confessou muito mais tarde. Irmã de Antônio Vicente Mendes Maciel, pai do Conselheiro.

Miguel Carlos era o herói da família na infância do menino Antônio. Seu pai, desconfiado, um pouco visionário e tão inteligente que ninguém o enganava embora fosse analfabeto, comerciava com fazendas numa loja de Quixeramobim. O menino trabalhou como caixeiro e quando o velho Antônio Vicente morreu, cuidou das três irmãs solteiras até que todas se casassem.

Só então se casou, em 1858. Sua vida sofre, aí, uma primeira mudança. Deixa a loja, muda-se para Sobral, em 1859. Segue para Campo Grande, onde trabalha como escrivão de Juiz de Paz. Em Ipu, é solicitador no fórum.

A segunda mudança ocorre aí, quando sua mulher foge com um policial — suprema humilhação para um sertanejo. Antônio desce para o sul do Ceará. Está alucinado: na estrada do Crato, agride um parente, que o hospedava. Durante dez anos perde-se notícia dele, até que aparece no sertão da Bahia, transfigurado na imagem de homem-santo, trazendo às costas, como bagagem, na bolsa, papel, tinta e dois livros sacros: *Missão Abreviada* e *Horas Marianas*.

Assim lembram-se dele em Itabaiana, 1874. Dormia no chão ou sobre tábuas. Pedia esmolas e devolvia o excesso. Em 1876, já seguido por muitos fiéis, entrou, num coro de ladainhas, na vila de Itapicuru de Cima. Era tão famoso que figurou num verbete da Folinha Laemmert, editada no Rio de Janeiro, no ano de 1877.

Já incomodava e o prenderam. A acusação era de tremendo descabimento e repetia o roteiro de um folhetim, ou do que seria hoje uma novela de televisão: diziam que havia matado a esposa e a mãe. Esta, porque odiava a nora, a teria acusado de trair o marido e, para comprovar a história, vestira-se de homem para fingir que um amante pulava a janela. Antônio vira o vulto e matara o assaltante sem olhar seu rosto. Em seguida, com outro tiro, fulminara a mulher. Depois, vendo o que tinha feito, arrepiara carreira, meio louco.

Tudo imaginação, tudo mentira dos fazendeiros. Mas Conselheiro entregou-se à polícia, impedindo os fiéis de defendê-lo. Sofreu covardes espancamentos pelas estradas, sempre calado.

Em Salvador, desfilou pelas ruas diante do temor dos crentes e da repugnância das beatas. Os juizes o fizeram transportar ao Ceará e ele apenas pediu que o livrassem da curiosidade pública. Provou-se a falsidade da acusação e o taumaturgo retornou à Bahia.

AS IDÉIAS E A PRÁTICA DO SANTO SERTANEJO

Não havia mais dúvida: tratava-se de um santo. Em Chorrochó, lugarejo de poucas centenas de habitantes, onde esteve em 1877, os sertanejos ergueram uma capela em sua honra e veneravam a árvore sob a qual descansara. Alagoinhas, Inhambupe, Bom Conselho, Geremoabo, Cumbe, Mucambo, Massacará, Pombal, Monte Santo, Tucano fizeram marcos arquitetônicos de sua passagem.

O Conselheiro chegava nas cidades com seu séquito que erguia imagens, cruzes e bandeiras do Divino. Na praça principal, os devotos cantavam ladainhas e o terço. E ele pregava. Para os outros, admitia o amor mais que o casamento (quando a República foi proclamada, horrorizava-o principalmente o casamento civil); para si mesmo, preferia a castidade e evitava encarar até mesmo as beatas.

Previa o fim do mundo, como consta de folhetos recolhidos por Euclides da Cunha em Canudos:

Em 1896 há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão. Em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho. (. ..) Em 1899 ficarão em sangue as águas e o planeta há de aparecer no nascente com o raio do sol que o ramo se confrontará na terra e a terra em algum lugar se confrontará no céu. Há de chover uma grande chuva de estrelas e aí será o fim do mundo. Em 1900 se apagarão as luzes.

Previa também a volta de D. Sebastião, conforme lenda portuguesa, e o imaginava combatendo a República:

Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prússia com a Prússia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo seu exército. (...) Nesse dia, quando sair com o seu exército tira a todos no fio da espada deste papel da República. O fim desta guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue há de ir até à junta grossa.

Fez milagres, que as multidões juravam ter visto. À sua voz, dois operários ergueram com facilidade uma peça de madeira que dez não haviam conseguido erguer, na construção da Igreja de Bom Jesus. Ao chegar à capela, no alto do Monte Santo, numa noite, à frente de uma longa procissão de fiéis que iluminavam a encosta da montanha com suas tochas, fez correr duas lágrimas de sangue do rosto da imagem da Virgem. Com uma maldição, obrigou o vigário de Natuba a humilhar-se diante do templo que desabava e do cemitério invadido pelo mato: que operário teria coragem de trabalhar em obra que fora amaldiçoada pelo Conselheiro.

A mudança para Canudos ocorreu em 1893, quando as câmaras municipais começaram a cobrar impostos. Em Bom Conselho, as tábuas com os avisos de cobrança foram queimadas numa fogueira, no largo. Trinta homens da polícia, enviados de Salvador, foram batidos pelos duzentos seguidores do Conselheiro em Massete, entre Tucano e Cumbe; outra unidade, com oitenta praças, retornou de Serrinha, sem se aventurar pelo sertão. Perseguido assim, ele buscou abrigo ao pé do Morro da Favela, que ficava bem distante e em boa posição estratégica: havia ali uma velha igreja, uma casa de fazenda destelhada e alguns casebres.

De todo o sertão o povo acorreu ao santuário. Nas feiras, até mesmo em Sergipe, as pessoas vendiam todo seu gado, terras e objetos e se punham a caminho. O arraial cresceu ao ritmo de até doze casas por dia, sem ruas, apenas becos. Cada morador mantinha a morada de barro sobre a trama de icó, armas e objetos pessoais. Tudo o mais era comunitário: a terra, as pastagens, os rebanhos e as culturas, de que os plantadores retinham pequena parte. Quem chegava, doava à comunidade o que trazia, até os santos. Faltar às rezas punia-se com prisão e o uso da cachaça era um delito sério. Mercadores que trouxeram aguardente de Juazeiro tiveram os barris partidos a machado e voltaram de mãos vazias.

Lá estavam também antigos cangaceiros, que tiveram papel destacado na resistência às tropas federais. E de lá partiram unidades guerrilheiras para povoados vizinhos, desafiando autoridades e humilhando os juizes de paz que, ao celebrar casamentos, invadiam a antiga seara dos vigários. Dois frades e o vigário de Cumbe, que lá estiveram em 1895, contam que foram bem recebidos em Canudos e só expulsos quando insistiram em pregar a submissão aos poderes constituídos, "que regem os povos em nome de Deus". A revolta não partiu do Conselheiro, mas da multidão liderada por João Abade, comandante da praça, *chefe do povo*: na prática, aquele povo místico dava consequência ao sentido político, oculto, da luta contra os senhores de terras.

Os mesmos senhores que mandavam no Império, e continuavam mandando na República. Capazes de mobilizar em sua defesa, sob os mais estranhos pretextos, forças do Exército para uma luta absurda, em termos estratégicos e cruel em termos humanos.

A SEGUNDA EXPEDIÇÃO: A QUASE VITÓRIA PASSA A SER DERROTA

Um desentendimento entre o comandante distrital do Exército e o governador do Estado atrasou e complicou os preparativos para a segunda expedição contra Canudos. O General Frederico Solon pretendia atacar com duas colunas, sob o comando geral do Coronel Pedro Nunes Tamarindo. O Governador Luís Viana achava isto desnecessário. E venceu: o general foi transferido.

A 25 de novembro, seguiu para Queimados, sob o comando do Major Febrônio de Brito, uma força constituída, a princípio de cem praças e oito oficiais do Exército, mais cem praças e três oficiais da Polícia Militar. A 29, quando esses expedicionários entraram em Monte Santo, eram ao todo 543 soldados, 14 oficiais combatentes e três médicos — efetivos deslocados de três diferentes batalhões do Exército e da polícia, aproximadamente meio-a-meio. A tropa levava dois canhões Krupp e duas metralhadoras.

A cidade os recebeu com festas. Desfilaram. Foram homenageados com banquete na melhor casa. Prometeram, em discursos, uma breve vitória — um erro terrível, que só se explica pela ignorância do gênero de luta que os esperava. A guerrilha, em que a vitória não se mede pelo número de mortos e só é total quando todos estão mortos.

Boa parte das munições havia ficado em Queimados e a tropa partiu, dividida em três colunas, na formação clássica, a 12 de janeiro de 1897. Tomou pela estrada do Cambaio, a mais curta e mais acidentada. Os canhões retardavam a marcha, de modo que se levou dois dias para atingir o alto da serra do Acaru, que divide as bacias do Itapicuru e do Vasa-Barris. Ao amanhecer do dia 17, acabou-se a comida: foram abatidos os dois últimos bois e boa parte dos cargueiros contratados em Monte Santo fugiu durante a noite. Ainda assim, a expedição chegou ao Rancho das Pedras, a duas léguas de Canudos. Dali teria que subir a serra do Cambaio.

Na manhã do dia 18; quando começou o deslocamento penoso, os jagunços atacaram. Enquanto as tropas avançavam e recuavam em combate, os animais de carga fugiam, rompendo as

amarras; com eles, os tropeiros remanescentes. Do lado dos jagunços, tão logo um era atingido, outro o substituía nas trincheiras naturais abertas pela erosão no morro.

Apesar das metralhadoras, a conquista da colina demorou três horas. Contaram-se 115 cadáveres de jagunços para quatro mortos e vinte feridos entre os soldados. E logo depois, mais 40 homens de Canudos, os que ainda tinham munição em seus trabucos, foram esmagados pelo bloco de pedra em que se protegiam, que fora empurrado encosta abaixo por um tiro de canhão.

Os militares acamparam em Tabuleirinhos, quase na orla do arraial de Canudos. À sua volta, durante a noite, postaram-se os jagunços e, pela manhã, quando se disparou a peça de artilharia, atacaram em magotes. Repelidos em combate corpo a corpo, voltaram à distância, aos tiros esparsos de suas armas primitivas, com balas feitas de chifre, de pedras e pontas de prego.

Restavam vinte tiros de artilharia. A munição leve talvez não desse para os três quilômetros de marcha que faltavam — e o Major Febrônio, ouvidos os oficiais, determinou a retirada. Quatro mortos, menos de 40 feridos. Do outro lado, contaram-se ao todo 300 cadáveres, cujo sangue tingia a água da Lagoa do Cipó.

Em Canudos, havia alarma com a expectativa do ataque iminente de armas tão poderosas; o povo correu ao Conselheiro. Este subiu com alguns fiéis ao andaime mais alto da igreja nova e retirou a escada.

Rezava quando chegou a notícia de que o inimigo, inexplicavelmente, estava indo embora. No coração dos crentes brotou a certeza do milagre. Logo os jagunços se reanimaram e, comandados pelo chefe, Pa-jeú, perseguiram a coluna do Major Febrônio até Bendegó de Baixo, onde, num último combate, vinte deles foram mortos a rajadas de metralhadoras.

Lembrem-se que a comida havia terminado dois dias antes de se ordenar a retirada; salvo algumas cabras de um rebanho, os soldados não comeram mais nada até Monte Santo. Não havia sequer um homem válido quando chegaram, com as roupas esfrangalhadas, cobertos de pó.

A vitória virou derrota. Enquanto a gente do Conselheiro enterrava seus mortos, Monte Santo recebia os sobreviventes com um silêncio pesado.

TERCEIRA EXPEDIÇÃO: UM GRANDE DESASTRE MILITAR

O Governo da República escolheu para comandar a terceira expedição — a "solução final" — contra Canudos um oficial de fama ambígua, o Coronel Antônio Moreira César. Vinha de Santa Catarina, onde se comportou com tal ferocidade na repressão ao movimento federalista que até hoje seu nome é execrado em Florianópolis. No entanto, era um herói em franca ascensão na República, cheia de temores. Fisicamente, era um homem pequeno, de pernas arqueadas, rosto alongado e pálido, calvo, com bigodes largos e rosto inexpressivo.

Seu passado militar incluía a participação, em 1884, no assassinato de um jornalista que criticara o Exército, Apulcro de Castro; no Sul, após a República, promoveu fuzilamentos públicos e, instado a explicar-se, respondeu com um "não" ao Governo. Na volta, prendeu o comandante do navio em que viajava, suspeitando de traição. Imperava em seu batalhão, a ponto de recrutar dezenas de crianças que nem tinham forças para carregar as armas. Com tudo isso, sua tropa era um bom corpo de Exército, que seguiu a 3 de fevereiro para a Bahia, reforçado por uma bateria de artilharia e um esquadrão de cavalaria. Logo em seguida, partiram para lá unidades de São João del-Rei, forças baianas sob o comando do Coronel Pedro Nunes Tamarindo e pequenos contingentes da Polícia Militar.

De Salvador seguiram todos para Queimados, onde, a 8 de fevereiro, concentravam-se perto de 1.300 combatentes, com 15 milhões de cartuchos e 70 tiros de artilharia. Moreira César deixou em Queimados uma guarnição de 80 doentes e 70 crianças, comandadas por um tenente, e marchou para Monte Santo. A 20 de fevereiro, estava pronto para investir. Um dia antes, sofrerá uma

convulsão em plena estrada e os cinco médicos concordaram que o ataque epilético poderia repetir-se.

A terceira expedição contra Canudos estava, como as anteriores, certa da vitória. Os engenheiros militares tiveram que fazer o reconhecimento da região em uma semana e, ao longo da rota escolhida — contornando a serra —, ninguém cuidou de estabelecer pontos defensáveis para uma eventual retirada. Para uma caminhada de 150 quilômetros em plena seca, levava-se, em lugar de água, uma bomba de poço artesiano. Em Monte Santo, ficaram pouco mais de 200 soldados, sob o comando do Coronel Sousa Menezes, da tropa de São João del-Rei.

Canudos se preparava com maior cuidado. A romaria era intensa em todas as estradas e, de toda parte chegavam carregamentos de gêneros doados pela gente pobre que vendia tudo e trabalhava a qualquer paga para ajudar o Conselheiro. Vinham também cangaceiros de todo o sertão do Nordeste ajudar o homem santo. A construção da igreja não parava, mas as unidades de guerrilha ganhavam forma, enquanto o preço das armas subia em toda parte, com a desmedida procura. Construíam-se trincheiras nas serras; fabricavam-se armas brancas, desentortando foices; produzia-se pólvora, misturando o carvão com salitre do São Francisco e enxofre. Procissões percorriam a caatinga e multidões ouviam as palavras do Conselheiro.

Na tarde do dia 21 de fevereiro, após a revista às tropas, o Coronel Moreira César resolveu dar ordem de marcha, antecipando-se à previsão de partir no dia seguinte. A vanguarda chegou em três dias ao Cumbe, distante da tropa que se atrasara por causa de um novo ataque epilético do comandante. Na manhã do dia 26, seguiu em frente, atravessando o deserto sob calor abrasador, na esperança de encontrar uma cacimba: depois de oito horas de marcha, lá havia apenas alguns litros de água. E a tropa seguiu adiante, sedenta, naquela mesma tarde, para uma parada muito breve e nova marcha, ao amanhecer do dia 27. A coluna acampou na localidade de Rosário e ali permaneceu, em pleno território inimigo. Prosseguiu dia 2, após receber provisões mandadas por um fazendeiro. Acampou às 11 horas no curral de um rancho abandonado. Dia 3, logo cedo, partiu para o Angico, última escala antes de Canudos.

No leito do ribeirão que corre pelo lugar chamado Pitombas houve o primeiro combate: meia dúzia de tiros que mataram um alferes. E mais nada. A contra-ofensiva, precedida de descargas de metralhadora, não encontrou os atacantes: apenas uma espingarda pica-pau, de matar passarinho, abandonada. O detalhe teve importância porque alimentou o clima de confiança excessiva de que não escapava o comandante. Pelo contrário. Em lugar do grosso da tropa pernoitar no Angico, teve ordem de seguir em frente, morro acima, em acelerado, largando as mochilas pelo caminho para que a cavalaria as recolhesse, na retaguarda.

No caminho, deram os dois primeiros tiros de canhão visando a direção provável de Canudos. E, de repente, descobriram-se no alto da Favela. Lá embaixo, o povoado, com suas duas igrejas destacadas, uma de frente para a outra, a nova ainda em construção. Pela encosta, a meio caminho, o esqueleto da Fazenda Velha e um platô, o Alto do Mário.

Os canhões dispararam, sem ter como errar: viam-se casebres explodindo, pegando fogo; o sino da igreja velha respondeu. Dispararam os fuzis de repetição; lá embaixo, grupos dispersos apareciam, correndo pelas barrancas do rio, caminhando para a igreja, fugindo para a caatinga ou andando como se nada estivesse acontecendo.

A tropa começou a descer. E veio então a mais disparatada das ordens:

– A baioneta!

Um batalhão em acelerado marchou sob uma saraivada de chumbo das armas dos jagunços, que atiravam "de dentro das casas e, mais densamente, do prédio da igreja nova. Outro batalhão avançou pela esquerda. Assim penetraram pelas ruelas de Canudos, desfeita qualquer ordem de

combate. Com a corronha das armas, arrebentavam indiferentemente as portas ou as paredes dos casebres, para encontrá-los vazios ou serem recebidos com um tiro à queima-roupa. Os soldados paravam para comer ou beber água nas casas invadidas; muitos se perdiam no labirinto das vielas.

O Coronel Moreira César ordenou carga de cavalaria, pelo centro, entre as igrejas, e mandou que a força de polícia atacasse a parte ainda incólume da cidade. Os cavalos cansados empinaram no trajeto pelo leito do rio, atiravam ao chão os cavaleiros, queriam retornar. Moreira César gritou:

– Vou dar brio àquela gente.

E partiu. Adiante, uma bala o pegou no ventre, uma segunda o atingiu.

Assumiu o comando o Coronel Pedro Nunes Tamarindo, militar de rosto redondo, à véspera de reformar-se, que participava a contragosto da expedição.

Não havia praticamente o que comandar, naquela briga desordenada dentro do arraial de Canudos. Pelo fim da tarde, começaram a aparecer os primeiros contingentes repelidos. Depois, eram dezenas e dezenas que pisoteavam uns aos outros no leito do rio. O sino de Canudos parou de repicar, fez um instante de silêncio e atacou a Ave-maria.

A multidão fardada aglomerou-se junto à artilharia e retirou-se, levando as peças, para o Alto do Mário, 400 metros adiante. Dentro da Fazenda Velha, agonizava o Coronel Moreira César, enquanto seus oficiais se esforçavam para organizar o quadrilátero de defesa.

O que fazer? Ninguém sabia. E menos ainda o Coronel Tamarindo. "É tempo de murici/Cada um cuide de si", recitou a um oficial que lhe pedia ordens. No entanto, ali havia uns 800 soldados, bastante munição, canhões, uma perfeita posição estratégica diante do arraial. Na manhã do dia seguinte, os oficiais se reuniram e decidiram recuar. Informado, Moreira César protestou, exigiu que se lavrasse uma ata. Caiu a noite. Os soldados, cheios de pavor, contavam uns aos outros suas experiências; os do Nordeste avivavam na memória todas as lendas que tinham ouvido sobre o Conselheiro. É assim, nas palavras e nos pensamentos, que começa a derrota dos exércitos.

Pela madrugada, o medo cresceu ainda mais quando, de Canudos, se ergueu o canto das mulheres que rezavam. Moreira César morreu e a retirada começou com o primeiro sol, de costas para o inimigo, deixando na retaguarda apenas os canhões e um pequeno contingente de infantaria, que se moviam mais devagar.

Da igreja nova, os jagunços saudaram a fuga com o toque do sino e a fuzilaria. No largo ou no alto das colinas, a população de Canudos saudou os fugitivos com uma vaia infernal de assobios longos. O que restava de moral na tropa se extinguiu. A guarnição dos canhões recuava e atirava, cercada pelos jagunços, até que as armas se imobilizaram numa volta do caminho. O Coronel Tamarindo, num esforço para conter a debandada, mandou tocar meia volta. Ninguém atendeu. Os oficiais, de revólver em punho, tentavam inutilmente recompor as fileiras. A artilharia do Capitão José Salomão Agostinho da Rocha estava abandonada. Com os poucos soldados que lhe restavam, ele enfrentou o ataque corpo a corpo e, como os outros, tombou retalhado a golpes de foice.

Logo adiante, quando transpunha a galope o Córrego do Angico, o Coronel Tamarindo foi atingido por uma bala e morreu logo depois. Quem, da tropa, não se perdeu no caminho chegou no outro dia a Monte Santo, que já fora abandonada pelo Coronel Sousa Meneses, tão logo lhe chegaram as notícias do desenlace.

Por todo o sertão, os jagunços recolheram as armas — quase todas — peças de uniforme, principalmente as calças de listras vermelhas que os soldados despiam por serem visíveis à distância. Os canhões, as metralhadoras, os fuzis eram agora suas armas. As cabeças dos soldados foram cortadas e alinhadas regularmente, nas duas margens da estrada. Nos arbustos, penduraram as peças de roupas, selins, cinturões, que- pes, mochilas.

Empalado num galho de angico, ficou secando ao sol o corpo do Coronel Tamarindo. Três meses depois, quando chegou a quarta expedição, assim estava preparado o cenário. No entanto, os mortos haviam sido relativamente poucos: uma contagem feita a 19 de março registrou como sobreviventes 1.081 dos 1.300.

GUERRA TOTAL: É PRECISO SALVAR A REPÚBLICA

Além de alarmantes, as notícias chegavam confusas à capital da República. Tomando o acontecimento pelo ângulo da preocupação geral, a imprensa noticiou uma conspiração sertaneja para restabelecer a monarquia — algo que a *Gazeta de Notícias* apelidou de "monarquismo revolucionário" e o *O País* atribuiu à tolerância com que o Governo vinha tratando os que tinham saudades do imperador. "Conspira-se", proclamou o *Estado de São Paulo* — e enviou para o sertão o repórter Euclides da Cunha.

A exaltação republicana levou a multidão a em- pastelar, com a cumplicidade da Polícia, os jornais *A Liberdade*, *Apóstolo* e *Gazeta da Tarde*. Em São Paulo, o mesmo acontecia com *O Comércio de São Paulo*, de Eduardo Prado.

A quarta expedição contra Canudos organizou-se em clima de comoção nacional, com o Presidente da República propondo-se a convocar em armas até os deputados ao Congresso Nacional. Ninguém percebia claramente — ou ousava dizer — o sentido real da ameaça que vinha do sertão. Pois o que lavrava por lá, confusamente, era algo que não tinha expressão nas oposições monarquia/república nem liberais/conservadores. Pela boca do Conselheiro falavam superstições e heresias muito antigas, mas pela sua prática e pela que se instituía em Canudos havia uma espontânea escolha deste Brasil sem voz, que jamais participou da política: o Brasil dos excluídos — escravos, índios, marginais, sertanejos, pobres. Um Brasil que nas capitais se desconhecia e se negava.

Tanto que, no Ceará, Padre Cícero Romão reunia multidões de cismáticos e falava em favor do Conselheiro. Taumaturgos brotavam pelo sertão e até de Minas um bandoleiro, João Brandão, partiu para o São Francisco levando um carregamento de espingardas.

Contra tudo isso armou-se a guerra em grande escala. As operações foram inicialmente atribuídas ao comando do General Artur Oscar de Andrade Guimarães, Comandante do 2.º Distrito, que dispôs suas tropas em duas colunas, formadas, cada uma, por três brigadas compostas basicamente de três batalhões.

A primeira coluna, sob o comando do General João da Silva Barbosa, deveria partir de Monte Santo; a segunda, reunida em Aracaju, iria até Geremoabo. As duas convergiram para Canudos.

Faltava tudo para uma operação dessa envergadura, desde soldados a viaturas e alimentos. Queimados transformou-se num campo de instrução de recrutas, onde se concentravam mais de três mil homens. Sabia-se que a região era inóspita; os uniformes do Exército, coloridos e de pano, eram inteiramente impróprios para uma caatinga que os vaqueiros cortavam vestindo couro. Por outro lado, abrir estradas que dessem passagem às baterias Krupp e a um grande e pesado canhão 32, de 1.700 kg, foi, por si só, um feito de engenharia notável. Com tudo isso, a Coluna comandada pelo General Savaget partiu a 16 de junho de Geremoabo, com 2.350 homens, enquanto duas brigadas, num total de 1.933 homens, deixavam Monte Santo, sob o comando do General Artur Oscar, três dias depois.

A 27 de junho de 1897, a Coluna do General Artur Oscar atinge o alto da Favela. No mesmo dia, chega a Canudos a Coluna Savaget, que tivera 167 mortos em combates na serra de Cocoróbó e na confluência de Macambira, poucos quilômetros adiante. Por toda parte, os jagunços lutaram da

mesma maneira: haviam cavado trincheiras, em covas circulares e rasas, protegidas por pedras, ao longo de todas as encostas. Ainda quando bombardeados os morros a canhão, eles refaziam tudo à noite. Usando tática de guerrilha, procuravam atrair a tropa para correrias inúteis. Em certos momentos, de surpresa, atacavam com incrível unanimidade, de modo que suas forças pareciam maiores, inesgotáveis.

A principal estratégia dos sertanejos, no entanto, foi experimentada pela primeira vez pela coluna que partira de Montes Claros tão logo ela conquistou a posição no alto da Favela: a de transformar a derrota em vitória, deixando o inimigo sem boa chance para atacar, sem condição de recuar e sem suprimentos para resistir muito tempo. O terreno favorecia os jagunços de um modo tal que eles dormiam ao lado das tropas. Assim conseguiram, de uma só vez, dizimar metade dos oficiais e dezenas de soldados numa única descarga, dada em resposta ao disparo de um canhão Krupp contra o arraial, pela manhã. Noutra ocasião, uma das brigadas tentou arremeter contra a Fazenda Velha, onde se postavam atiradores: em meia hora teve fora de combate 114 praças e nove oficiais, entre eles o Comandante, Coronel Thompson Flores, seu sucessor, o Major Cunha Matos e ainda o terceiro, Major Carlos Frederico de Mesquita. O General Artur Oscar teve que mandar mensageiros para, atravessando as caatingas, pedir ajuda à Coluna Savaget, postada do outro lado de Canudos.

Com o deslocamento da 2.^a Coluna até a Favela, frustrou-se o plano do ataque em duas frentes. Além do mais, a falta de suprimentos obrigou os atacantes a um regime de fome. Expedições perigosas recolhiam bois pelas imediações, todas as roças próximas de milho e feijão foram devastadas; os soldados comeram raízes de umbuzeiros, cocos de ouricuris e caules de mandacarus, enquanto os jagunços se limitavam a levar a munição e incinerar a comida dos comboios que apresavam. Houve deserções — tão arriscadas quanto o combate — e o desastre teria sido total se suprimentos não chegassem ao morro a 13 de julho.

O ataque a Canudos, desfechado em seguida, limitou-se num arranco a ocupar um subúrbio do arraial, com grande custo. Canudos seria conquistada casa por casa, num avanço de cem metros que consumiu três meses. A 10 de agosto, as baixas, contadas a partir de 25 de junho, somavam 2.409 homens.

Uma brigada de reforço, com 1.402 soldados e 68 oficiais, partiu do Rio de Janeiro, sob o comando do General Miguel Maria Girard. Muito motivada a princípio, o espetáculo dos feridos pelas estradas contribuiu para acelerar as baixas por doença, atribuídas a princípio ao beribéri, depois à varíola. Quando chegou afinal a Canudos, os combatentes que lá estavam apelidaram a brigada de *Mimosa*, nome que durou por algum tempo até se desfazer na bravura dos combates.

Ainda uma vez o Governo se alarmou, tanto pelas notícias da frente quanto pela impressão pavorosa deixada pelos feridos que chegavam a Salvador. Para lá seguiu o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado de Bittencourt. Este, na região do combate, tratou de substituir o clima de expedição pelo de campanha regular e conseguiu, afinal, estabelecer linhas de suprimentos em lombo de burro.

A 24 de agosto, o grande canhão 32 consegue pôr abaixo o sino da Igreja Nova. No dia 6, são as torres da igreja que caem. A 7, conquista-se a Fazenda Velha, a 15 tomam-se dos jagunços linhas de trincheiras. Com a morte do Conselheiro, a 22 de setembro, — ele que vivia em jejum desde a demolição de sua igreja — a resistência dos jagunços tomou caráter de desespero: eles realizaram, a 26 e 27, um total de 22 ataques.

O assalto final foi a 1.^o de outubro. Houve 567 baixas e 90 cargas de dinamite foram atiradas sobre o que restava do arraial. No dia 2, mais de 300 mulheres e crianças se entregam.

Canudos, seus quatro últimos defensores, caiu no dia 4.

Em correspondência datada de 1.º de outubro para seu jornal, Euclides da Cunha escreveu:

Sejamos justos — há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política.

Lamentavelmente, passados 80 anos, é o que resta fazer.

1910: A ESQUADRA BRANCA DO NAVEGANTE NEGRO

Todos os jornais publicaram o Decreto n.º 3, assinado a 16 de novembro de 1889, dia seguinte à Proclamação da República, que declarava extintos os açoites na Armada.

Civilizava-se o Brasil.

Nenhum jornal publicou — e nem o Arquivo Nacional guarda o autógrafo — o Decreto n.º 328, de 12 de abril de 1890, cinco meses depois, restabelecendo o açoite e a prisão a ferro, na solitária, a pão e água.

Barbarizava-se a República.

Na madrugada do dia 22 de novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes recebeu 250 chibatadas diante da tropa formada no convés do encouraçado *Minas Gerais*. Na noite do mesmo dia, o primeiro tiro de canhão era ouvido em toda a orla da Baía da Guanabara.

Rebelavam-se os açoitados.

NAVIOS DO FUTURO, IDÉIAS DO PASSADO

Em 1910, o Brasil era a terceira potência naval do mundo e, dentre todas, a que dispunha de frota mais moderna. O plano de reaparelhamento naval aprovado pelo Congresso Nacional em 14 de dezembro de 1904, autorizara o Governo a encomendar três couraçados de 12.500 a 13.000 toneladas; seis caças torpedeiros de 400 toneladas; três cruzadores-couraçados de 9.200 a 9.500 toneladas; 6 torpedeiros de 50 toneladas; três submarinos; um navio-transporte.

Graças aos recursos do plano, alterado em 1906, a esquadra brasileira — apelidada de *Esquadra Branca* — compunha-se dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, cruzadores *Rio Grande do Sul*, *Bahia*, couraçado *Deodoro*, destróieres *Amazonas*, *Pará*, *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Pernambuco*, *Alagoas*, *Sergipe*, *Santa Catarina*, *Mato Grosso* e outros navios, no total de 24. E mais não tinha para não desequilibrar de vez o esquema de forças militares da América do Sul: o mais poderoso dos encouraçados que o Brasil encomendara, o *Rio de Janeiro*, terminou sendo vendido à Turquia, diante da preocupação manifestada pelo governo argentino.

Construído pela *Vickers-Armstrong*, em New Castle, Inglaterra, o *Minas Gerais*, navio-capitânea, havia chegado à Baía de Guanabara a 18 de abril de 1910, comandado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Batista das Neves e trazendo na tripulação o marinheiro João Cândido, preto, de 28 anos, natural de Rio Pardo, Rio Grande do Sul.

Os critérios de recrutamento e o modo de tratar os subalternos da Armada não correspondiam, porém, à modernidade dos navios. O espancamento era defendido por muitos oficiais, numa força cujos comandantes combinavam freqüentemente a origem aristocrática e o conservadorismo político. Nos *considerando* do decreto de 1910 que dispunha sobre a criação de uma companhia correcional e autorizava o retorno dos castigos corporais, admitia o Marechal

Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, com referendo do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa:

. . . o castigo severo, abolido por ocasião do advento da República e aplicável unicamente às praças arroladas na referida companhia dentro de um limite restrito, é uma necessidade reconhecida e reclamada por todos os que exercitam a autoridade sobre o marinheiro.

A marujada provinha tradicionalmente das categorias excluídas da sociedade brasileira. A 21 de outubro de 1825, o Marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, pedia ao Governo do Ceará que enviasse "o número de índios que for possível obter", de "dez anos para cima". Em 3 de janeiro de 1904, o Capitão dos Portos do Ceará provocou uma revolta ao tentar embarcar 72 *sorteados* para a Marinha no navio *Maranhão*: alguns tinham nove, dez filhos e muitos já eram avós. Em 1910, a maioria dos marinheiros era de ex-escravos negros, ou indivíduos que, por qualquer motivo, se igualavam a esses em desprezo social. As dificuldades de recrutamento eram tamanhas que o serviço obrigatório se alongava por 15 anos.

A distância social e de tratamento entre a oficialidade fidalga e a marujada mais que plebéia provocava constantes tensões e, na opinião dos cronistas do início do século, afetava a própria competência do desempenho naval. "A tradição da nossa Marinha era, segundo os jornais, ultimamente demonstraram, uma tradição de abalroadora, de encalhadora, de arruinadora lamentável de navios", escreveu Gilberto Amado, em 27 de novembro de 1910, em *O País*. O Comandante Pereira da Cunha conta que, em dezembro de 1907, bastou um temporal para dispersar a esquadra brasileira que acompanhava a esquadra americana, em visita ao País, até a entrada da barra da Baía de Guanabara: enquanto nossos navios se esparramavam, os dos Estados Unidos mantinham a formação. E o povo, que pouco entende de tempestades, tirava disso suas conclusões.

A REVOLTA COMEÇA AO SOM DE WAGNER

O Segundo-Tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva dizia: "Até amanhã, comandante", junto a uma escada no interior do navio, quando levou um golpe de baioneta, desfechado por um marinheiro. Apoiando-se na arma do agressor, sacou a espada com a mão direita e trespassou-lhe o corpo. Isto aconteceu no *Minas Gerais*, às 22 horas do dia 22 de novembro. Sete dias antes, o Marechal Hermes da Fonseca tomara posse na Presidência da República, para a qual fora eleito, sob os auspícios de Pinheiro Machado, derrotando a candidatura civilista de Rui Barbosa.

Num instante, defrontaram-se no convés os oficiais — Capitão-de-Mar-e-Guerra Batista das Neves, Capitão-tenente Mário Carlos Lahmeyer, o Capitão-tenente José Cláudio da Silva e o Primeiro-Tenente Milcíades Portela Alves — e os marinheiros, que gritavam "liberdade" e "abaixo a chibata". Ali mesmo morreram Batista das Neves, José Cláudio da Silva e vários marinheiros, entre eles o Sargento Francisco Monteiro de Albuquerque. Os Tenentes Milcíades e Alberto abandonaram o *Minas Gerais* num escaler. Lahmeyer tentou escapar em outra canoa e recebeu uma descarga mortal. Outro oficial, o Tenente Castro e Silva, nadou durante várias horas até conseguir ser salvo.

No cruzador *Bahia*, morria o Primeiro-Tenente Mário Alves de Souza e vários marinheiros. No *São Paulo*, o Capitão-Tenente Américo Sales de Carvalho foi abatido e os demais oficiais concordaram em vir para terra. Em todos os navios, ficaram a bordo, sob coação, os oficiais maquinistas e os radiotelegrafistas. No *Minas Gerais*, o oficial maquinista Matias Bittencourt de Carvalho aderiu aos revoltosos. Os corpos dos combatentes mortos a bordo foram transportados até o Cais Pharoux na manhã do dia 23.

O sinal para a revolta foi o toque de clarim das 22 horas. Às 22h50m o *Minas Gerais* disparou uma salva de canhão. O *São Paulo* e o *Bahia* responderam. No *Minas Gerais*, vestindo seu uniforme de marinheiro, com um lenço vermelho amarrado no pescoço, João Cândido assumiu a

ponte de comando, como chefe principal da revolta. O *São Paulo* passou a ser comandado pelo cabo Gregório do Nascimento, que, muito mais tarde, trabalharia na Polícia.

O escritor Oswald de Andrade, que se demorara em visita a uma atriz da Companhia Giovanni Grasso, numa pensão do centro, adormeceu num banco da Avenida Central (Avenida Rio Branco), até onde, então, chegava o mar e, perto das quatro horas da manhã, despertou para um espetáculo surpreendente:

. . . uma maravilhosa aurora de verão. Frente a mim, navios de guerra, todos de aço, que se dirigiam em fila para a saída do porto. Reconheci o encouraçado Minas Gerais que abria a marcha. Seguiam-no o São Paulo e mais outro. E todos ostentavam, numa verga do mastro dianteiro, uma pequenina bandeira triangular vermelha. Eu estava diante da revolução. Seria toda revolução uma aurora?

Oswald, que se tornaria famoso como pai do movimento antropofágico, prossegue em sua crônica publicada em 1953, no livro de memórias *Um Homem sem Profissão*:

Um grupo de peixeiros passava na Avenida Beira-Mar, quando de repente, vi acender-se um ponto no costado do Minas e um estrondo ecoou perto de mim, acordando a cidade. Novo ponto de fogo, novo estrondo. Um estilhaço de granada bateu perto, num poste da Light. Os peixeiros deixaram cair seus cestos de mercadorias e vieram acoitar-se, correndo, atrás de uma das estátuas do Comércio e da Indústria que monumentalizam os jardins da Glória. Eu também corri para aquele lado a fim de me esconder. Espiando por detrás da estátua, vi que o bombardeio continuava acordando a cidade.

A esta altura, os jornais chegavam às bancas com suas tiragens aumentadas. O *Correio da Manhã* abria uma manchete enorme: "Esquadra Revoltada". E o subtítulo: "Várias granadas caem no centro da cidade". Naquele mesmo dia e nos seguintes, a burguesia carioca tomara a atitude que lhe é habitual nestes casos: iria para Petrópolis, forçando a estrada de ferro a colocar, em média, dez composições especiais a cada 24 horas, para atender aos inesperados veranistas. Quem não tinha recursos para tão distante refúgio, achou de visitar os parentes na Zona Norte, longe da praia, o que serviu para encher o tráfego da recém- aberta Avenida Central, que todos diziam ser de largura despropositada.

Quem foi à beira-mar, viu um espetáculo tão portentoso, segundo o testemunho da época, quanto a própria revolta, e seguramente menos previsível: o pesadíssimo *Minas Gerais*, que todos achavam difícil de manobrar, corria como um bote, dando-se ao luxo de realizar, com o *São Paulo*, volteios que Gilberto Amado chamou de "parnasianos", numa alusão à poesia ainda em moda por aqui naquele tempo.

Quando o *Minas Gerais* deu seu primeiro tiro, o Presidente Hermes da Fonseca, com todo o seu Ministério, ouvia a ópera *Tanhauser*, de Wagner, em recita solene, no Clube da Tijuca. Quando ele chegou ao Palácio do Catete, a estação de rádio do Morro da Babilônia já recebera o ultimato dos rebeldes. Em lugar das temidas proposições políticas, a mensagem dizia:

Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao Presidente da República, ao Ministro da Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltarem. Guarnições Minas, São Paulo e Bahia.

Os holofotes do *Minas Gerais* iluminavam o Arsenal de Marinha, as praias e as fortalezas. Ao amanhecer tiros esparsos estrondavam ora do *Minas Gerais*, ora do *São Paulo*, amarrado em frente ao cais Pharoux, ora dos couraçados. O cruzador *Barroso* tentou resistir à revolta e disparou contra o *Minas Gerais* que respondeu estrondando a sua superioridade. Logo emudeceu. Às 5 horas, o *São Paulo* estava ancorado junto à Ilha Fiscal e o *Minas Gerais* vizinho da Fortaleza de Villegaignon; entre eles o *Deodoro*, o *Floriano*, o *Primeiro de Março*, *Benjamim Constant*, *Bahia* — todos com a

bandeira vermelha no mastro. O *Barroso* largou-se para juntar-se ao *Rio Grande do Sul* e aos contratorpedeiros, atrás da Ilha das Cobras: era o que sobrava ao Governo da esquadra. Quando os navios rebelados dispararam com seus canhões menores contra as fortalezas de Santa Cruz, Villegaignon e Ilha das Cobras, não houve resposta.

Foi então que ocorreu o desfile presenciado por Oswald de Andrade: *Minas, São Paulo e Bahia* manobrando para o canal e aproando a barra. Marcha idêntica, distância rigorosa. O *São Paulo* lançou ferros, o *Bahia* passou por ele e parou 200 metros adiante; entre os dois, o *Minas Gerais* singrou serenamente, prosseguiu até além da Ilha Fiscal, rodou sobre seu próprio eixo, retornou ao alinhamento. Assim ficaram horas e horas, a bandeira vermelha a meio-pau em luto pelos marinheiros mortos, mais de 20, trocando sinais de sirenes ou de flâmulas, atirando intermitentemente com os canhões menores. Com o binóculo, via-se a bordo a tripulação, alguns marujos apreciando a crista dos morros apinhados de gente, outros atentos à charanga que tocava maxixes. João Cândido mandou atirar ao mar o estoque de bebidas de bordo e fez guardar por praças o cofre dos valores.

Em missão do chefe político Pinheiro Machado, o Comandante de Marinha José Carlos de Carvalho seguiu de lancha para parlamentar com os revoltosos, com a única bandeira branca que havia no Arsenal de Marinha: um lençol. Foi primeiro ao *São Paulo*, cuja guarnição o recebeu formada e com honras. Ao perguntar quem respondia pela revolta, disseram-lhe: — Todos.

No *Minas Gerais*, o Comandante José Carlos de Carvalho examinou as costas do marinheiro seviciado na véspera, a quem terminou trazendo à terra, para que o internassem num hospital. "Parecia uma tainha lanhada para salgar", depôs o oficial, que era também senador, perante seus estupefatos colegas do Congresso.

José Carlos de Carvalho foi o portador de ofício dos revoltosos ao Presidente da República, expondo suas reivindicações:

...retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir à Nação Brasileira; reformar o Código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo pelos últimos planos do ilustre Senador José Carlos de Carvalho; educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda, mandar pôr em vigor a tabela de serviço diário que a acompanha.

O documento, caligrafado cuidadosamente, sem rasuras, com letra provavelmente do marinheiro Francisco Dias Martins (que, meses antes, assinando-se *Mão Negra*, protestara contra os espancamentos em bilhete ao imediato do cruzador *Bahia*, em viagem no Sul do Continente), não foi divulgado na época. Ao resumi-lo perante seus pares no Parlamento, o Comandante José Carlos de Carvalho falseou os seus termos em um ponto importante: fez questão de apresentar os marinheiros humildes e pedindo desculpas, com a reivindicação única da abolição da chibata, castigo que os teria "alucinado".

Tratava-se, já aí, de uma manobra política, destinada a criar condições de autoridade ao Governo para conceder a anistia aos revoltosos e abolir o castigo físico sem confessar sua submissão frente à marujada rebelde. Esta foi a posição liberal-conciliatória que terminou prevalecendo, num instante em que muitos oficiais da Armada tramavam um ataque desesperado contra os navios rebeldes, com risco de destruição de boa parte da cidade e até mesmo de extensão da revolta em outros segmentos descontentes do povo.

A posição de José Carlos de Carvalho mostrou que Pinheiro Machado escolhera sabiamente o negociador. Os acontecimentos posteriores vieram provar que os marinheiros aceitaram uma intermediação que lhes custaria um preço muito alto.

Afinal, tinham provado que eram bons de marinha. Mas lhes faltou uma lição que se aprende no futebol, esporte que então nascia no Brasil: os campeonatos podem ser perdidos no *tape tã*.

A TRAGÉDIA DO SATÉLITE E A SEGUNDA REVOLTA SEM ESPERANÇA

O projeto de anistia foi apresentado por Rui Barbosa, entre outros senadores. Sua aprovação, num clima de medo fantasiado de magnanimidade, deu-se em poucas horas:

Artigo 1. — *É concedida anistia aos insur-retos da parte de navios da Armada Nacional, se os mesmos, dentro do prazo que lhes for marcado pelo Governo, se submeterem às autoridades constituídas.*

Artigo 2. — *Revogam-se as disposições em contrário.*

O Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite, designado comandante, chegou a bordo do *Minas Gerais*, a uma milha da Ilha Fiscal, numa lancha do gabinete do Ministro da Marinha. A tropa formava no convés. Com seu uniforme de marinheiro, João Cândido, após as continências de praxe, deu alguns passos e apertou a mão do oficial, que vestia uniforme azul. A banda executava um hino. Procedeu-se à leitura do decreto de anistia e à inspeção do barco, findo o que João Cândido destacou-se e, retirando do pescoço o lenço vermelho, guardou-o no bolso.

Numa única solenidade, festejava-se o fim da chibata na Marinha e o término da Revolta da Chibata.

Houve, porém, um *dia seguinte*: diante dos boatos que corriam, um dos chefes da revolta, o Cabo André Avelino, que comandou o *Deodoro*, desertou para o Norte. Ex-revoltosos tentaram sem sucesso ser recebidos por Pinheiro Machado e Rui Barbosa. A 28 de novembro, a anistia era amputada por um decreto, de número 8.400, que autorizava o Ministro da Marinha a dar baixa, por exclusão, sem maiores formalidades, a praças do Corpo de Marinheiros. Na madrugada de 4 de dezembro, foram presos na Piedade 22 marujos acusados de conspiração. O Batalhão Naval (Corpo de Fuzileiros Navais) teve destacamentos distribuídos por todos os navios e o quartel da Ilha das Cobras entrou em prontidão.

Os boatos levavam os oficiais a temerem os marinheiros e estes a temerem uma aliança entre seus oficiais e o Exército. Houve um início de motim, entre 9 e 10 de dezembro, no cruzador *Rio Grande do Sul*, em que ficou ferido, a tiro e faca, o Capitão- Tenente Francisco Xavier Carneiro da Cunha, que logo depois morreria: tudo começou quando as praças descobriram que se haviam retirado peças-chaves dos canhões.

Horas depois, a revolta explodia no Batalhão Naval. Navios e baterias do Exército postadas no Morro de São Bento bombardearam a Ilha das Cobras. A operação contou com a ajuda dos holofotes e lanchas de uma esquadra inglesa que visitava o Rio de Janeiro, conforme noticiaram o *Correio da Manhã* e o *País*. Lá estavam, empenhados no ataque, o *Minas Gerais*, o *São Paulo*, o *Bahia*, o *Deodoro*: a Esquadra Branca, e seu Corpo de Marinheiros, cumpriam sua parte no acordo da anistia.

A operação contra o quartel da Ilha das Cobras continuou ainda depois que os rebeldes hastearam bandeira branca. O Governo estava empenhado em obter a aprovação, no Congresso, do projeto do estado de sítio. Nas primeiras horas de luta, o Exército recolheu mais de 20 soldados mortos e o Hospital de Pronto-Socorro recolheu 132 feridos. Mortos civis, no necrotério, eram nove, entre os quais um monge. Às 5 horas da tarde do dia 10, o quartel foi ocupado pelo 2.º Regimento de Infantaria do Exército.

Naquela mesma manhã, João Cândido foi preso ao desembarcar de uma lancha, no Cais dos Mineiros. Ficou alguns dias no Quartel-General do Exército, onde um oficial queria por força que

ele acusasse Rui Barbosa como inspirador da sublevação. Em seguida, levaram-no para uma masmorra na Ilha das Cobras, com 17 companheiros. Caíra, afinal, nas malhas de uma teia de vingança.

Na noite de Natal, segundo depoimento do Capitão-Tenente reformado Antero José Marques, houve um rumor na solitária em que estavam recolhidos os 18 e depois todo ruído cessou. Pela manhã, foram encontrados 16 mortos e dois sobreviventes — um deles João Cândido. O médico do Batalhão Naval Ferreira de Abreu foi convidado pelo Comandante, Marques da Rocha, a passar as certidões de óbito. Quis ver os corpos, constatou que haviam morrido de inanição e asfixia, mas atestou insolação porque, segundo declarou ao *Correio da Manhã* de 17 de fevereiro de 1911, "seria uma vergonha" agir de outra forma. Segundo Otávio Brandão, ao sentirem a morte próxima — a solitária se compunha de compartimentos sucessivos, com uma pequena fresta na porta, de um para o outro, por onde passava o ar, insuficiente para tantos seres vivos — os marinheiros fizeram barulho e contra eles os carrascos despejaram baldes de água e cal que apressaram o fim. João Cândido conta que a desculpa para a cal foi desinfetar o cubículo, emporcalhado pelas fezes dos prisioneiros.

João Cândido foi retirado do cubículo por exigência do médico, mas logo voltaria para lá. A 18 de abril de 1911, mandaram-no para o hospício da Praia Vermelha, com uma guia assinada por três médicos militares que o davam por louco. Os psiquiatras examinaram o paciente com o maior cuidado, até por causa da responsabilidade de seu parecer em pleno estado de sítio, e concluíram que o homem era perfeitamente normal, embora declarasse ter tido alucinações na solitária da Ilha das Cobras, em que ouvia as vozes dos companheiros mortos. Removeram-no para a Ilha da Maldição, onde, apesar do nome, não foi tratado com crueldade. Em 2 de outubro de 1911, um conselho de investigação pronunciou-o, com outros 69 marinheiros, como incurso num artigo do Código Penal da Armada que se referia à organização de motins. A defesa esteve a cargo de três advogados contratados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que jamais faltara aos negros brasileiros em suas horas de angústia: Evaristo de Moraes, Jerônimo de Carvalho e Caio Monteiro de Barros. Os réus foram todos absolvidos pelo Conselho de Guerra. Comprovou-se até que, quando do levante do Batalhão Naval, o Comandante do *Minas Gerais* abandonara o barco e João Cândido foi quem, em nome da guarnição, telegrafou colocando-se à disposição do Governo. O julgamento foi em 1912.

Já então consumara-se para outros dos revoltosos um destino mais cruel. Secretamente, na noite de Natal de 1910, deixava o porto do Rio o cargueiro *Satélite*, do Lóide Brasileiro, levando para o degredo 293 homens retirados da Casa de Detenção, 66 do Quartel-General do Exército, 31 do Quartel do Primeiro Regimento de Infantaria e 45 mulheres arrancadas da Casa de Detenção. Dentre todos esses, um único da classe *integrada* da sociedade de então, o jovem Agenor Novais, incorrigível boêmio cujo pai, o Barão de Novais, expulsara de casa. Em favor dele, o advogado Peixoto de Castro impetrou *habeas corpus* e o moço foi desembarcado em Belém. Noticiou a *Folha do Norte*: "O *Satélite* traz 250 ladrões, 180 facinoras e desordeiros, 120 cáftens, 250 marinheiros revoltosos e 44 meretrizes".

O navio era comandado por Carlos Brandão Storry, mas quem mandava a bordo era o Segundo-Tenente Francisco Melo: na relação dos presos, nove nomes estavam assinalados. Conta o relatório do Comandante Storry ao Diretor do Lóide:

Dia 1.º de janeiro — Quando entrava o Ano Novo de 1911, estávamos já fora da barra e eu me afastei da costa para serem fuzilados seis homens, o que fizeram às duas horas da manhã, porém, dois, sendo um o Chaminé (NR: Aristides Pereira da Silva),

atiraram-se ao mar, antes de serem executados, morrendo afogados, visto estarem com os pés e braços amarrados.

Dia 2 — Às 23 horas foram fuzilados mais dois marinheiros.

Os sobreviventes foram entregues, 200 deles, à Comissão do Capitão Cândido Rondon, que construía uma linha telegráfica em Santo Antônio da Madeira, na selva amazônica. Os restantes foram deixados nas margens do Rio Madeira, onde "os seringueiros iam pedindo".

A LONGA VIDA DE JOÃO CÂNDIDO, OS DIAS E AS NOITES

João Cândido morreu a 6 de dezembro de 1969, de câncer. Durante todo esse tempo, viveu modestamente. Algumas vezes os políticos tentaram usá-lo — na década de 30, os integralistas de Plínio Salgado; em 1964, pelo confuso comando de marinheiros que obedecia à orientação do Cabo Anselmo, agente da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. Recebeu homenagens poéticas, do uruguaio Álvaro Armando Vasseur:

*Yo esculpirá sobre imagines que duren lo que el idioma
la victoria de tus naves, victoria dei nuevo mundo.*

E também de João Bosco e Aldir Blanc:

*Glória a todas as lutas inglórias
que através da nossa história
não esqueceremos jamais.
Salve o navegante negro
que tem por monumento
as pedras pisadas do cais.*

De toda essa história, da oposição entre o decreto que aboliu a chibata e o que a reinstaurou, entre a anistia e o castigo, entre a glória de algumas horas e o anonimato imposto de tantos anos, fica uma reflexão: que o poder dá à luz do dia aquilo que costuma tomar na sombra da noite. O que o povo sabe há muito, tanto que aconselha os pobres a desconfiarem quando a esmola é grande.